

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.508.091 - PE (2014/0340107-2)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **BSE S/A - CLARO**
ADVOGADOS : **PAULO CÉZAR PINHEIRO CARNEIRO - RJ020200**
 ALVARO ROSARIO VELLOSO DE CARVALHO - RJ163523
 ERICK DA SILVA REGIS E OUTRO(S) - RJ170030
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **BSE S/A - Claro** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim ementado (fl. 257):

PROCESSO CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. CLÁUSULA CONTRATUAL NULA. DETERMINAÇÃO DE PROVIDÊNCIAS PARA ASSEGURAR O RESULTADO PRÁTICO. ARTS. 461 E 475-1. CPC. PRINCÍPIO DA EFETIVIDADE PROCESSUAL. AUSENTE INOVAÇÃO. NECESSÁRIA FIXAÇÃO DE PRAZO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Foi solicitado ao juízo, pelo demandante, determinação de providências, pela ré, no intuito de efetivar o comando sentencial relativamente à reparação de valores pagos por consumidores em obediência a cláusula contratual considerada nula, observando-se o quinquênio prescricional.

2. De acordo com a regra contida no dispositivo legal, arts. 461 e 475-1, ambos do CPC, se procedente o pedido, como no caso dos autos, pode o juiz responsável pelo cumprimento de sentença determinar providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento.

3. Ante o exposto, tratando de pedido e determinação dependente da procedência, visando assegurar a efetivação da tutela jurisdicional, em conformidade com o Princípio da Efetividade Processual, sem relevante ônus adicional à demandada, não vislumbro inovação em sede de execução discussão.

4. Contudo, em atenção ao princípio da razoabilidade, fixa-se o prazo de 3 (três) meses de observância das providências determinadas pelo juízo a quo.

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo de Instrumento a que se dá parcial provimento.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 286, 293, 461, § 5º, 468, 473, e 475-I do CPC/73. Sustenta que: (I) a obrigação de dar publicidade à condenação não foi medida decorrente dos pedidos expostos na exordial da ação principal, de modo que "*o acórdão recorrido reconhecidamente extrapolou a coisa julgada, e admitiu, ilegalmente, a introdução de obrigação nova em sede de cumprimento de sentença*"; (II) "*não pode ser aplicado a casos de condenação em obrigação de pagar, qualquer medida de apoio vinculada à tutela de preceito cominatório*".

Contrarrazões às fls. 246/258.

O Ministério Público Federal, na condição de fiscal da lei, opinou pelo desprovimento do recurso especial (fls. 358/361).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 – relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 – devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, constata-se que, no que diz respeito ao argumento de que o acórdão recorrido teria extrapolado a coisa julgada ao determinar que a empresa recorrente conferisse publicidade ao julgado proferido nos autos principais, a Corte de origem asseverou que a medida seria simples decorrência da procedência dos pedidos da exordial daquela ação, sendo destinada a dar efetividade ao título judicial. Leia-se (fls. 255/256):

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, o pedido realizado pelo MPPE na petição de cumprimento de sentença e deferido pelo juízo a quo, qual seja, o de obrigar a empresa ré, ora apelante, a afixar no interior de suas lojas de atendimento e pontos de venda, neste Estado, cartazes informativos sobre as obrigações impostas na Decisão Judicial, almeja efetivar a condenação de ressarcir pela metade os valores pagos pelos consumidores em atenção à cláusula nula, ou seja, alberga, pela publicidade, e sem ônus expressivos adicionais para a agravante, a efetivação da parte dispositiva do acórdão que surtiu efeito nas relações contratuais firmadas anteriormente ao acórdão, vez que as novas contratações, já serão regidas já pela nova cláusula divulgada no sítio eletrônico da demandada, conforme alteração determinação.

Tem-se, ainda, que tal requerimento do MPPE não pode ser entendido como pedido autônomo que devesse ser realizado na inicial, tampouco ser entendido como determinação adstrita exclusivamente à sentença ou ao acórdão, pois sua ocorrência decorre da procedência do pedido inicial e do não cumprimento espontâneo pela ré, podendo, inclusive, ser determinando de ofício, pelo juízo responsável pelo cumprimento da sentença, com base nos arts. 461, §50, e 475-I, ambos do CPC, para concretização da efetividade jurisdicional transitada em julgado, matéria de ordem pública.

Diante disso, a publicidade requerida pelo Ministério Público, e deferida pelo juízo de piso, visa efetivar a determinação imposta à empresa ré/agravante de restituir metade dos valores pagos indevidamente pelos consumidores que arcaram com o pagamento da cláusula penal considerada ilegal, ou seja, efetivar a tutela jurisdicional.

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de que a determinação seria simples decorrência da procedência dos pedidos da exordial e de que não feriria a coisa julgada, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. IMPOSTO DE RENDA. URV. FORMA DE CÁLCULO. REsp 1.118.429/SP. RECURSO REPETITIVO. COISA JULGADA. REEXAME DO CONTEXTO

Superior Tribunal de Justiça

FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. [...]

3. Quanto à alegada ofensa à coisa julgada, para modificar o entendimento firmado no acórdão recorrido, é necessário exceder as razões colacionadas no acórdão vergastado, o que demanda incursão no contexto fático-probatório dos autos, vedada em Recurso Especial, conforme Súmula 7/STJ.

4. Recurso Especial conhecido parcialmente e, nessa parte, não provido.

(REsp 1.782.852/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 22/10/2019, DJe 29/10/2019)

Já com relação ao argumento de que as medidas previstas no art. 461, § 5º, não seriam aplicáveis às obrigações de pagar, constata-se que o Tribunal de origem não se manifestou sobre a referida tese, a qual tampouco foi aventada em sede dos embargos declaratórios de fls. 264/268. Portanto, à falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator